

## A GRANDE MÍDIA BRASILEIRA E IDENTIDADES LGBT: UM RETRATO EM 2008

**Bruno Souza Leal**

UFMG, Brasil

[brunosleal@gmail.com](mailto:brunosleal@gmail.com)



Bruno Souza Leal é doutor em Estudos Literários, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e pesquisador do CNPq, do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) e do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais, da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. **Contato** Endereço: Rua São João do Oriente, 51 Santa Branca- Belo Horizonte – MG. CEP 31565479. Tel/Fax: 55 31 34095072

## Carlos Alberto Carvalho

(UFMG), Brasil <sup>1</sup>



Carlos Alberto Carvalho é doutor em Comunicação, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e pesquisador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) e do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais, da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

**Resumo:** Neste artigo, apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos pela pesquisa “Mídia e homofobia”, realizada em 2008 pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG, com apoio do Ministério da Saúde brasileiro, no que diz respeito especialmente à visibilidade mediática das identidades LGBT. De fevereiro a agosto de 2008, analisou-se a cobertura das edições nacionais dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, da revista *Veja*, do *Jornal Nacional*, da TV Globo, e dos regionais *MGTV 2ª Ed* e o jornal *O Tempo*, ambos de Belo Horizonte. A partir da revisão de alguns pressupostos que orientaram a investigação, o artigo indica os procedimentos metodológicos adotados para, então, apresentar uma espécie de mapa provisório sobre as tensões que regem as relações entre a mídia noticiosa brasileira e as identidades LGBT.

**Palavras-chave:** mídia, jornalismo, LGBT, homofobia

---

<sup>1</sup> Colaboraram para este artigo e para a pesquisa Ana Dourado, Lucas Silva, Michelle Torre e Phellipy Jácome, então alunos do curso de graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais, em iniciação científica.

**Abstract:**

This article gives an overview of the results obtained by the research "Media and homophobia" developed in 2008 by UFMG's Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, with support from the Brazilian Ministry of Health, especially with regard to the mediatic visibility of LGBT identities. Its *corpus* was collected from February to August of 2008, from national editions of the newspaper *Folha de S. Paulo* and *O Globo*, the magazine *Veja*, TV Globo's *Jornal Nacional*, and *MGTV 2nd Ed* and Belo Horizonte's local newspaper *O Tempo*. From the review of some assumptions that guided the research, the article shows its methodological procedures and provides a provisional map of the tensions that govern relations between the Brazilian news media and LGBT identities.

**Key-Words:** media, journalism, LGBTs, homophobia

Em 2008, respondendo a edital do Ministério da Saúde brasileiro, pesquisadores vinculados ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais acompanharam a cobertura de veículos jornalísticos brasileiros sobre homofobia, Aids e as realidades e identidades LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis). Fizeram parte da coleta as edições nacionais alguns dos principais veículos jornalísticos brasileiros, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, a revista *Veja*, o *Jornal Nacional*, da TV Globo, além dos regionais *MGTV 2ª Ed* e o jornal *O Tempo*, ambos de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os veículos nacionais foram selecionados por sua importância no cenário brasileiro, uma vez que são alguns dos principais representantes do que se convencionou chamar "mídia de referência", além de serem os produtos mais importantes, em seus segmentos, de grandes conglomerados de comunicação. Já os veículos regionais fizeram parte da coleta com o objetivo de se verificar a possível influência dos jornais de referência na sua cobertura e, especificamente, o *MGTV 2ª Ed*, por ser o telejornal local de maior audiência e *O Tempo*, por ser o primeiro jornal brasileiro a ter uma página dedicada exclusivamente aos temas LGBT<sup>2</sup>. Tendo duração prevista de apenas 1 ano, a pesquisa restringiu seu acompanhamento a 6 (seis) meses, de fevereiro a agosto daquele ano, período coincidente com as Paradas do Orgulho LGBT de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além do Dia Mundial do Orgulho LGBT e do Dia Mundial de Combate à Homofobia.

---

<sup>2</sup> Essa página saiu de circulação, em função de uma reforma editorial, em fevereiro de 2012.

A investigação tinha como objetivo produzir um mapa inicial do tratamento jornalístico sobre os temas em tela, a constituição de um banco de dados com o material recolhido e ainda uma proposição metodológica, que contribuísse para trabalhos semelhantes. Nesse caso específico, o desafio era evitar – ou pelo menos tentar – procedimentos de coleta e análise que reduzissem ou a complexidade dos fenômenos jornalísticos ou das realidades e identidades LGBT. Neste artigo, apresenta-se uma síntese da pesquisa e dos resultados obtidos no que diz respeito especialmente à visibilidade mediática das identidades LGBT. A partir da revisão de alguns pressupostos que orientaram a investigação, o artigo indica os procedimentos metodológicos adotados para, então, trazer resultados e conclusões. Dada a limitação da coleta, suas conclusões constituem uma espécie de esboço, de mapa provisório, que fornece indícios significativos das tensões que regem as relações entre a mídia noticiosa brasileira e as identidades LGBT.

### *1 – As mídias e identidades LGBT no Brasil: trama de tensões*

Como observa Muniz Sodré (2009), a definição do que é notícia – tanto em termos conceituais, quanto a transformação dos acontecimentos sociais em midiáticos – não é simples nem de fácil precisão. Quando se propõe ir além de lugares-comuns, como os que dizem que notícia é algo inusitado, de impacto ou de interesse do público, depara-se com um conjunto de relações bastante complexo. A construção da realidade jornalística envolve fatores tão variáveis como a identidade dos veículos – constituída historicamente, na relação com seus consumidores e com a concorrência; suas condições – ideológicas, logísticas, circunstanciais etc. – de diálogo com os demais agentes sociais; e mesmo seus processos internos, sejam as relações formais e informais de poder ou a cultura organizacional instituída e em constante transformação. (TUCHMAN, 1978; 1993; TRAQUINA, 1999; MOUILLAUD, 1999, PONTES, 2005, entre outros).

Nesse sentido, a percepção de que as mídias “produzem realidade”, ou seja, que não podem ser mais concebidas como simples espelhos de um real socialmente instituído, implica o reconhecimento, por um lado, de que as mídias possuem regras e modos de funcionamento próprios, que “traduzem” os acontecimentos sociais em midiáticos. Por outro lado, isso não é dizer de um descolamento entre as realidades midiáticas e sociais. Ao contrário. A produção

mediática da realidade se dá em consonância e a partir das tensões, linhas de força e fuga que conformam a vida social. No caso específico do jornalismo, aliás, este é frequentemente definido como uma “linguagem de segunda mão”, dependente dos modos de ver, agir e falar de outros agentes (FRANÇA, 1998; SODRÉ, 1999).

Hoje em dia, tais discussões frequentemente se inserem no debate acerca dos processos históricos de mediatização da sociedade, quando se parte da constatação de que “...a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a ‘cultura da mídia’” (FAUSTO NETO, 2007, p. 93). Bem mais que espelhos, as mídias, portanto, apresentam-se como lugares vitais de visibilidade, conhecimento e identificação social. Os modos de inscrição nessa “cultura midiática” constituem, conseqüentemente, um campo de batalhas entre os demais setores sociais (BRAGA, 2006; MAIA, 2009, entre outros).

Nessa perspectiva, superam-se visões que ora colocam artificialmente mídias e sociedade em campos distintos, senão opostos, ora homogeneízam os processos midiáticos, como se esses não comportassem concorrência e clivagens. Guardadas as devidas proporções, é preciso o mesmo cuidado quando o foco é um veículo jornalístico, por exemplo. Um (tele/radio)jornal, como lembra Maurice Mouillaud (1999), é um nome próprio que se constitui na articulação entre a coleção – todos os seus números – e uma edição, entre familiaridade e novidade, entre repetição e diferença, entre continuidade e ruptura (LEAL, 2009). Mesmo em uma única edição, suas diversas seções e seus diferentes textos não produzem um mundo harmônico, mas uma superfície textual e discursiva marcada por hierarquias e modos distintos de organização da informação e da realidade.

Visto dessa forma, “quebrado” em sua aparente inteireza, o jornalismo é concebido como uma rede de tensões peculiar, se inserindo como sujeito nas tramas de força e fuga da vida social. Capaz de ação, o jornalismo é também conformado por tais relações. Nesse sentido, observa-se que as identidades LGBT surgem como particularmente desafiadoras dos modos de falar do jornalismo brasileiro, não apenas por se inscreverem de modo peculiar nos regimes de poder, de luz e sombra, voz e silêncio que constituem a vida social, como por sua diversidade interna.

Qualquer abordagem às identidades LGBT tem como pano de fundo as tensões que envolvem, por exemplo, a necessidade de evitar a essencialização e/ou naturalização de realidades cristalizadas, seja a partir de uma concepção biologizante do sexo, seja de concepções de gênero como algo fixo, não cambiante. Mesmo porque as identidades LGBT não se definem simplesmente a partir de práticas sexuais, mas se dão como complexos processos de negociação que, no máximo, têm como um dos seus componentes o que se reconhece como “as sexualidades” e “os gêneros sexuais” (BUTLER, 2003; 2007).

É preciso considerar, ainda, que os desafios são oriundos não só da complexidade das realidades LGBT, como também da amplitude do próprio termo “identidade”, à medida que o conceito tem sido usado para situações tão distintas quanto a busca de elementos compartilhados que permitiriam agregar pessoas a partir de uma nacionalidade ou a agregação de indivíduos a partir do gosto comum, por exemplo, por práticas sadomasoquistas como forma de obtenção de prazer. Zygmunt Bauman (2005), nesse sentido, dentre outros, chama atenção para o fato de as identidades serem “recursos” destinados, historicamente, muito mais para a exclusão do que para aquilo que em tese elas permitiriam: agregar pessoas, grupos ou comunidades em torno de características e objetivos comuns. A exclusão, operada nos planos econômico, político, cultural e social, resulta, primeiro, do fato de as identidades, em muitas situações, não nascerem dos sujeitos por ela pretensamente abarcados, mas a partir de fora, da “imposição” aos identificados de marcas posteriormente usadas como justificativa para preconceitos, tal como se evidencia nas práticas homofóbicas (BORILLO, 2001, dentre outros).

É preciso chamar atenção, ainda, para o fato de que as identidades são sempre construídas em um contexto de relações de poder. Manuel Castells, nesse sentido, identifica três formas de origem e construção de identidades:

*Identidade legitimadora:* introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennett, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo.

*Identidade de resistência:* criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.

*Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram. (CASTELLS, 2006: 24).

Dessa forma, é fundamental observar que as identidades LGBT organizam-se diversamente em meio não só às tensões de gênero, às práticas sexuais, mas também de uma vasta gama de outros fatores, entre eles as diferentes conformações econômicas, culturais, regionais e políticas. Cada uma das letras que compõem a “sopa” LGBT oferece-se como nome genérico para construções identitárias que têm diversidades e desafios peculiares, ainda que sejam observadas algumas recorrências ou condições gerais (FACCHINI, 2005). Assim, por exemplo, autoras reunidas por Ângela Simonis (2007) para a discussão de questões em torno da lesbianidade, entre outras, apontam a visibilidade como principal desafio para as identidades lésbicas. A identidade L (lésbica), observa-se, tem sido historicamente sacrificada em prol da identidade G (gays), o que faz com que algumas de suas especificidades sejam apagadas pelo movimento LGBT. Nessa perspectiva, as lésbicas teriam sofrido um duplo processo de apagamento e de preconceito, já que são discriminadas por serem mulheres e por sua sexualidade. Essa invisibilidade faz com que as especificidades lésbicas não sejam facilmente escutadas, o que oculta também suas estratégias para superar a situação de desigualdade. No entanto, quando apanhadas em seu fluxo histórico, tanto as questões da invisibilidade, quanto as marcas da sexualidade lésbica, têm sido alvo de novas proposições políticas, o que inclui lutas teóricas, por exemplo, no interior dos estudos gays, dos estudos feministas e dos estudos sobre relações de gênero. Dessa ampliação do espectro das lutas pelo reconhecimento das lésbicas, dos seus desejos e desafios frente às normas patriarcalistas e heterossexistas vem nascendo, nas últimas décadas, novas frentes de batalha, que incluem perceber discriminações que dizem respeito, simultaneamente, a questões de gênero, sexualidade, etnia, cultura e tantas outras (SIMONIS, 2007).

O maior desafio na definição do que seria a identidade gay (homossexual masculino), por sua vez, tem sido abordá-la sem sua redução às práticas sexuais. Embora pesquisadores como Richard Parker (2002) ressaltem uma pressuposta pluralidade ou “subculturas gays”, elas são vistas como conformadas, quase sempre, em torno de papéis ou das trocas sexuais. No entanto, as construções e as vivências da homossexualidade masculina envolvem, por exemplo, um embate entre valores tradicionais e um conjunto mais amplo de símbolos culturais. Superar a tradição das abordagens reducionistas que veem nas práticas sexuais e, mais especificamente, numa suposta rigidez de papéis (ativos e passivos como não sujeitos, por exemplo, a negociações) a marca identitária fundamental dos gays é ainda um problema.

Como demonstram estudos mais voltados para a organização em torno de questões políticas e de defesa de direitos humanos e cidadania, tal como o empreendido por Regina Facchini (2005), a identidade gay está longe de reduzir-se às dimensões da sexualidade e da simplificação dos papéis sexuais. Ao reconstituir a luta dos movimentos homossexuais na cidade de São Paulo, ao longo dos anos 1990, a propósito, Facchini dá pistas sobre uma identidade multifacetada, que tem em questões como o enfrentamento da Aids e seus desafios para homossexuais masculinos, a criminalização da homofobia, a adoção de crianças por casais de mesmo sexo e outras conquistas de direitos iguais, a busca por marcas identitárias que dizem de uma multiplicidade de modos de ser.

Frequentemente confundidas, as identidades T compreendem processos de negociação e modos de inscrição social bem distintos. A visibilidade social das travestis está associada, majoritariamente, a uma dupla estigmatização: a prostituição, marcando-as como identidade com forte conotação sexual, e a violência. Marcos Benedetti (2005), em investigação antropológica de um universo de travestis na cidade de Porto Alegre, contudo, evidencia que questões relativas à moldagem do corpo, à criação de redes de proteção e solidariedade e à organização política também são fundamentais para a compreensão do seu universo.

A transformação do corpo, que surgiria como ponto de contato entre travestis e transexuais, certamente não sustenta essa suposta unidade. Se, como aponta Benedetti, as travestis investem no lugar de fronteira entre gêneros, Berenice Bento (2006) sugere que a experiência transexual pressupõe essa marcação, em que a plasticidade dos corpos e como eles falam através das roupas, acessórios e cores são elementos fundamentais. Assim, o que antecede os conflitos com



os corpos é a própria construção da “verdade” do gênero e o (auto) reconhecimento como homem ou mulher está muito vinculado à aparência genérica. Bento demonstra que a busca da cirurgia é para os/as transexuais uma forma de inserção na vida social e não uma finalidade exclusiva de satisfação sexual, podendo estar relacionada à sexualidade e/ou ao gênero. Desse modo, a autora diz não haver uma “identidade transexual”, mas sim jogos de negação e afirmação que marcam delimitações, através do “não sou” / “eu sou”, que envolve inclusive o esforço de evitar a confusão com gays, lésbicas ou travestis.

Se, nessa rápida abordagem de quatro conjuntos de identidades LGBT, podem ser observados especificidades e modos particulares de inscrição nas tensões sociais, é significativo considerar, por fim, os desafios que bissexuais e transformistas apresentam tanto em relação à economia sexual quanto às identidades e suas formas de visibilidade. Afinal, enquanto os primeiros seriam marcados por um trânsito por entre práticas e desejos, os últimos não têm aí seu ponto de inflexão. Se estes, por sua vez, podem ser vistos como vinculados à espetacularização do gênero e à exposição dos modos histórico-culturais de sua conformação, aqueles aparentemente podem utilizar-se exatamente da naturalização dessas normas para seu transitar. Em ambos os casos e em todas as demais identidades LGBT, o desafio de produzir enunciados, de falar sobre, é mais que simples operação linguística, envolvendo fortemente modos de compreensão do mundo constituídos em relações de poder historicamente delineadas e em transformação.

Assim, o esforço de apreensão da cobertura jornalística sobre as identidades LGBT implica recusar atribuir fixidez a essa interlocução. Nem os processos midiáticos são homogêneos, estáveis ou livres de tensões, nem as identidades LGBT oferecem-se como um “objeto” fácil para modos de representação consensuais ou inequívocos. Diante desse quadro, a hipótese que guiou a pesquisa implica considerar que a presença de LGBTs nos veículos noticiosos seria fortemente circunscrita, possivelmente dependente dos chamados “acontecimentos programados”: eventos ou ações do poder público e/ou ONGs que têm como objetivo exatamente dar visibilidade para temas ou questões relacionadas a essas realidades culturais. A expressão “programado” acentuaria o caráter estratégico desses acontecimentos – como as Paradas do Orgulho LGBT e os eventos relacionados ao Dia Mundial de Combate à Homofobia (17 de maio) – uma vez que seu planejamento e inscrição numa agenda pública forneceriam

condições para a cobertura mediática. Em oposição a eles, os acontecimentos que irrompem no cotidiano sem aparente aviso prévio e que, portanto, seriam mais difíceis de serem transformados em notícia, foram chamados de “acidentais”. Sinteticamente, a hipótese foi assim formulada: verificar se há o silenciamento dos sujeitos/vítimas da homofobia e o apagamento das vozes de LGBTs, a não ser nas notícias de grandes eventos ou de ações do poder público.

## **2 – Procedimentos e desafios metodológicos**

Tendo essas tensões em vista, no período compreendido entre 18 de fevereiro e 17 de agosto de 2008, foi acompanhada cada uma das 182 edições dos jornais impressos diários *Folha de S. Paulo* (edição nacional); *O Globo* (edição nacional) e *O Tempo*, das 26 edições semanais da revista *Veja* (edição nacional) e das 156 edições dos telejornais *Jornal Nacional* e *MGTV 2ª edição*. Num primeiro momento, então, buscou-se identificar textos que tratam explícita ou implicitamente do tema em tela, o que foi feito com o recurso de termos-chave (homossexual; gay; lésbica; travesti; transexual; transgênero; homossexualidade, LGBT, GLS, homofobia e derivações) e também da observação atenta de matérias. Afinal, dada mesma a complexidade de questões que envolvem a cultura brasileira, nem sempre os acontecimentos noticiados têm explicitados sua relação com as identidades LGBT. Assim, foi importante considerar tanto *o que* foi dito, quanto *como* foi dito e, ainda, conseqüentemente, o não-dito, as lacunas e omissões. Nesse caso, a identificação dessas matérias baseou-se 1) na adequada preparação teórica – sobre jornalismo e identidades LGBT – dos responsáveis pela coleta; 2) na comparação do tratamento dispensado ao acontecimento noticiado em diferentes veículos. Essa comparação teve como ferramenta auxiliar a pesquisa em sítios da internet, como aqueles dedicados às questões LGBT; e 3) na discussão coletiva da equipe de pesquisadores sobre uma notícia sobre a qual pesariam dúvidas.

Tratava-se, nesse primeiro momento, de um procedimento elaborado a partir de uma adaptação das premissas da análise de conteúdo (BAUER, 2003; LEAL, ANTUNES, 2011), que se baseia na confecção de um “mapa de codificação” do material empírico, elaborado através de uma ficha de coleta de dados em que se dispõem termos-chaves e outros operadores. Na pesquisa, a ficha foi organizada em torno de 6 (seis) agrupamentos, voltados, respectivamente: aos dados de

identificação das matérias; às identidades explícita ou implicitamente referenciadas; às referências às DSTs; à natureza dos acontecimentos relatados e seus promotores; aos temas tratados; e, por fim, aos modos de abordagem. Cada um desses agrupamentos foi subdividido em operadores específicos e, para cada texto coletado, uma ficha foi preenchida, de modo a compor o “mapa de codificação” buscado.

Um segundo percurso investigativo se deu após a coleta das matérias e teve como foco o veículo, na verificação da noticiabilidade, valorações e posicionamentos morais e ideológicos. Para tanto, observou-se como os fatos noticiados são articulados no nível maior do (tele)jornal ou da revista. Com isso, empreendeu-se a verificação dos critérios de noticiabilidade; a (des)valorização do tema/fato, através da consideração do espaço/tempo e gênero narrativo dedicados a ele; o número e a qualidade das notícias; a continuidade na cobertura de fatos. Foram apreciados não só os textos noticiosos, como também as cartas de leitores, artigos de terceiros e os editoriais de cada veículo, de modo a observar um possível posicionamento formal frente às questões em tela e às discussões que suscitam.

Assim, desenvolveu-se como orientação metodológica geral a combinação de um instrumento quantitativo, voltado para produção de dados passíveis de tratamento estatístico, com instrumentos baseados na identificação do jogo linguístico e narrativo empreendido pelas notícias e pelos veículos selecionados. Tendo como ponto de partida a identificação de notícias que abordam a homofobia e temas e sujeitos a ela vinculados, o percurso metodológico desdobrou-se, por um lado, na constituição de um banco de dados, a partir do qual foram elaborados os estudos quantitativos, e por outro, da observação de casos exemplares e das características gerais da linguagem e da narrativa postas em cena pelos veículos indicados – ou seja, de análises de natureza “qualitativa”.

A análise quantitativa teve como propósito compor uma visão objetiva e representativa da atenção dispensada pelos veículos selecionados à homofobia e temas e sujeitos a ela vinculados. Assim, importou verificar quantas notícias foram publicados, os termos mais frequentemente utilizados e a quais critérios de noticiabilidade atenderam, da mesma forma que se buscou identificar como cada veículo se mostrou (in)sensível à questão. Além disso, a análise quantitativa contribuiu para a elaboração dos estudos qualitativos, que consideraram a validade ou não das hipóteses apresentadas e suas implicações.

### 3 – Visibilidades mediáticas LGBT: um palimpsesto

Após os seis meses de coleta, foi possível verificar o modo surpreendentemente diverso como os seis veículos selecionados trataram das identidades e questões LGBT. Essa diversidade não se reduz a escolhas vinculadas a linhas editoriais ou a supostos alinhamentos ideológicos deste ou daquele veículo, mas especialmente refere-se à variedade dos temas tratados em cada um e nas suas diferentes seções e edições. Diante dos dados recolhidos, revela-se impossível afirmar sobre um tratamento jornalístico comum ou único para as identidades LGBT, o que pode corroborar com a perspectiva do desafio que essas trazem à fala mediática. Por outro lado, verificou-se a importância das identidades dos veículos na produção dessa cobertura, em que pese suas contradições internas.

A *Folha de S. Paulo* foi o veículo do *corpus* de análise do qual se obteve maior quantidade de material – ao todo foram coletados 504 textos. Os números da coleta mostram que foram muito mais presentes na *Folha de S. Paulo* textos que tratam de assuntos ligados ao comportamento sexual e produtos culturais do que aquelas voltadas para o comportamento afetivo e a homofobia, o que se aplica a todas as identidades observadas pela pesquisa. Um bom exemplo foi o tratamento dado pelo jornal na cobertura da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, o maior evento do tipo realizado no país. Em seus textos noticiosos, a *Folha* se esquivou de qualquer problematização sobre os fatores políticos que envolvem a Parada e circunscreveu sua cobertura a um olhar sobre a relação do evento com o cenário cultural de São Paulo e seu impacto econômico sobre a cidade. A menor recorrência a textos que tratavam do comportamento afetivo dos sujeitos LGBT e a grande associação que é feita entre sociabilidade (informações sobre bares e festas) e agenda cultural leva a crer que há, pelo menos em certa medida, algum tipo de “apagamento” ou silenciamento em relação ao debate – ou à colocação deste na esfera pública – sobre as identidades LGBT. As identidades LGBT e sua sexualidade, portanto, acabam sendo reduzidas a uma característica, que é colocada como central no comportamento dos sujeitos homoafetivos e definidor de seus comportamentos.

A análise do material coletado da *Folha de S. Paulo* mostrou que este se mobilizou quando os temas atingiram o público que o jornal toma como seu leitor. Um exemplo foi a cobertura realizada em fevereiro pela *Folha* de um caso de agressão movida por discriminação sexual

ocorrido no interior de São Paulo. A vítima da agressão era um industrial da cidade de Pontal e a cobertura contava com duas notícias, duas entrevistas e um artigo da colunista Bárbara Gancia. A primeira característica a ser observada nesse caso está ligada à variedade de textos publicados, o que mostra um gesto ativo do jornal de promover, em seu interior, certa repercussão dos fatos. Nos textos da cobertura observada, o jornal se refere recorrentemente à vítima das agressões como “empresário” ou “industrial”. A escolha de tais termos aponta para certa ambiguidade no tratamento da *Folha* para com o personagem das notícias. Palavras como “industrial” ou “empresário” são termos aos quais se conferem prestígio na sociedade brasileira. Tais designações dizem das inserções e lugares sociais dos sujeitos. A utilização desses termos pelo jornal, portanto, pode estar relacionada a um gesto de “limpar” a identidade homossexual do personagem, atribuindo-lhe outra referência identitária mais palatável aos seus leitores.

O que a merece especial atenção, portanto, é que o jornal, ao abordar a homofobia, não a coloca em todos os seus aspectos. Percebe-se um jogo no qual a questão da homofobia está presente e ausente. Ao que parece, ela é trazida à tona quando o suposto público da *Folha* é atingido e o debate se ausenta quando a homofobia atinge outros grupos. É importante destacar, contudo, que a *Folha* abordou, ao longo do período da coleta, vários assuntos relacionados às identidades LGBT e à homofobia – ainda que com a referida postura. Como exemplos podem ser apontados o artigo *Aids: uma agenda afirmativa*, publicado na sessão *Tendências/Debates*, no dia 30 de março, que tratava de uma agenda afirmativa para a prevenção e o tratamento da Aids voltada para indivíduos de identidades LGBT, e uma reportagem acerca da adoção de crianças por parte de casais homossexuais. Também merece especial atenção o papel do articulista José Simão, cuja coluna é publicada seis vezes por semana no caderno *Ilustrada*. Os textos de José Simão são um lugar de constante presença de assuntos e temas ligados às identidades LGBT. Contudo, o tratamento dado por Simão em sua coluna é sempre calcado num tom jocoso e caricato das referidas identidades e dos fatos que as envolvem.

Já *O Globo*, numa comparação com os demais veículos abordados pela pesquisa, foi o mais aberto em relação à discussão e à cobrança por direitos. É possível afirmar isso pois o jornal, além de cobrir fatos que serviram de matéria para os outros jornais (caso Ronaldinho, episódio dos sargentos gays, paradas do orgulho LGBT, entre outros), buscou uma produção e elaboração

de pautas específicas sobre a temática LGBT, abordando nuances da sociabilidade, da união civil, do comportamento afetivo e da violência que vitima esses atores sociais.

Cabem aqui breves explicações: o caso Ronaldinho envolveu o jogador Ronaldo e a travesti Andréia Albertini e duas companheiras, com quem o jogador teria saído para um programa em um motel na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Percebendo se tratar de travestis, Ronaldo teria desistido do programa, propondo pagar uma quantia em dinheiro pelo silêncio das três, negociação recusada por Andréia Albertini, que o acusou de ter pedido para comprar drogas e pediu 50 mil reais para não vazarem o episódio para a imprensa. Já o episódio dos sargentos gays envolveu Laci Marinho de Araújo e o companheiro de farda, Fernando Alcântara de Figueiredo, namorados desde 1997. Os dois foram presos após entrevista ao programa *Super Pop*, da Rede TV, no qual explicaram suas situações no Exército, que acusa Laci de deserção. Antes, Laci de Araújo havia dado uma entrevista à revista *Época*, relatando o romance com Fernando Alcântara. O episódio trouxe à tona discussões sobre homofobia no Exército Brasileiro.

Pode-se dizer que, no período em que se realizou a coleta, houve, pelo menos, cinco reportagens especiais para a discussão da temática LGBT. A primeira delas foi uma matéria de capa publicada na Revista *Magazine* no dia 19 de fevereiro. Intitulada “Homofobia no Campus”, a matéria ocupava três páginas da revista, nas quais se discutia a violência simbólica e física que homossexuais eram vítimas dentro das próprias universidades. Já no dia 10 de março, *O Globo* lançou um especial sobre a conquista e a luta por direitos dos grupos LGBT, que talvez tenha sido o material captado mais relevante durante esses seis meses de coleta. Em três grandes reportagens, discutiu-se, de maneira consistente, os avanços na conquista de direitos (como o de colocar o parceiro como dependente em planos de saúde), as leis contra a homofobia e os esforços desenvolvidos através de ações governamentais ou não para eliminar o preconceito. Outra matéria que merece destaque foi publicada no dia 6 de abril na *Revista O Globo*. A reportagem, de título “Fé entre iguais”, mostrava como novas igrejas têm atraído fiéis por realizar casamentos entre pessoas de mesmo sexo. Já no dia 26 de abril, a capa do caderno *Ela* trazia a matéria “Estou lésbica”, que abordava o comportamento sexual e afetivo de jovens mulheres que estavam experimentando e descobrindo possibilidades para suas sexualidades. Por fim, no dia 5 de maio, foi publicada, também no caderno *Ela*, uma reportagem (“Gay living”) sobre decoradores que defendiam a existência de um padrão estético gay.

Além dessas matérias especiais, que demonstram empenho do jornal em discutir temas de interesse dos grupos LGBT, há outros espaços no veículo nos quais esses atores sociais também encontram lugar de visibilidade, como podemos perceber através de alguns colunistas, como Joaquim Ferreira dos Santos, Patrícia Kogut e Ancelmo Góis. Joaquim Ferreira dos Santos é o colunista responsável pela seção *Gente Boa*, publicada diariamente no *Segundo Caderno*. Em sua coluna são publicadas notas culturais, como lançamentos de livros e agenda, além de informações sobre anônimos e celebridades. Entre os assuntos abordados pelo colunista, sempre há algo referente aos temas LGBT, a exemplo da nota “Lampião na rede”, que informava os leitores sobre a disponibilização na internet de uma antiga revista dirigida ao público gay. Patrícia Kogut é responsável pela coluna *Controle Remoto*, publicada de domingo a sexta no *Segundo Caderno*. Aos sábados, ela assina a editoria da *Revista da Tv*. Sua coluna aborda aspectos referentes ao universo televisivo, como o desempenho no ibope e opinião a respeito de novelas, séries e outros programas. Nesse sentido, o que se pode perceber na coluna, é que há sempre notas com alguma referência às personagens homossexuais na teledramaturgia ou a programas que tratam do tema. Por sua vez, Ancelmo Góis, que publica sua coluna diariamente no caderno principal, mostrou-se o colunista mais disposto a dar visibilidade aos temas e aos indivíduos LGBT. Às vezes de maneira cômica e às vezes de modo sério, o jornalista quase sempre dedicava algum espaço de sua coluna para temas relevantes ao universo LGBT, seja com informações de agenda cultural, seja com abordagens sobre a conquista de leis e de direitos.

O jornal *O Tempo*, num balanço geral, se mostrou favorável à defesa do público LGBT, ao combate à homofobia, à divulgação de produtos culturais destinados a esse público e ao combate do HIV/Aids. Embora tenha tratado as identidades LGBT de forma amena, dando um tratamento superficial à questão e destinando-a às páginas do caderno *Magazine*, observou-se que a página *GLS*, publicada aos sábados, experimentou um grande amadurecimento durante a pesquisa, passando a incluir debates sobre a união civil homossexual e a nova família, com discussões sérias que tratavam dos direitos LGBT, incluindo entrevistas com profissionais, como advogados. É necessário destacar também que foi observado no jornal uma dependência em relação a agências de notícias. Quanto à abordagem desfavorável ao comportamento LGBT, encontrada no jornal, segundo consta nas tabelas da pesquisa, deve-se, em grande parte, às cartas de leitores, os quais foram classificados na categoria de “anônimos” para esta pesquisa.

A grande parte das matérias coletadas no jornal *O Tempo* foi publicada no caderno *Magazine* – no qual é publicada aos sábados a página *GLS*. O caderno *Magazine* é destinado aos assuntos de cunho cultural, voltados para o divertimento do leitor, com programação de cinema e TV e tirinhas de humor. Foram encontradas nesse caderno, em outros dias da semana, muitas matérias que tratavam da temática LGBT. Nessas matérias, ou mesmo notas, destacou-se a presença de “personalidades”, como astros de cinema ou da TV, cantores, jogadores de futebol ou outras celebridades. Essa constatação pode indicar uma tendência de amenização por parte do jornal ao tratar das questões LGBT, pois o tom combativo que o jornal assumiu ao longo da coleta não ultrapassou os limites da página *GLS*, publicada aos sábados. Nos outros dias da semana, a temática LGBT assumiu, pelo jornal, traços mais amenos, com matérias relacionadas a anúncios de casamentos de celebridades internacionais, lançamentos de filmes ou declarações de “personalidades”.

Se entre os jornais impressos foi possível verificar alguma abertura às questões LGBT, quando o foco muda para os demais produtos jornalísticos, os resultados se alteram consideravelmente. Durante seis meses, na revista *Veja* verificou-se uma recorrência de pautas ligadas ao tema LGBT em notas ou notícias focadas nos indivíduos, fazendo alusões ao comportamento afetivo ou sexual de personalidades. Vinte e uma matérias com essas configurações foram publicadas nas seções *Gente*, *Radar*, *Televisão*, *Livros*, *Veja Essa*, *Datas* e *Especial*. Observou-se que as identidades LGBT são frequentemente associadas a curiosidades e “fofocas” e relacionadas a produtos culturais, sendo que em grande parte prevalece uma abordagem caricatural dos fatos. Por outro lado, a revista problematizou a homofobia no artigo “Fé entre os homofóbicos”, do colunista André Petry, que se posiciona claramente favorável à aprovação da lei contra a homofobia. A partir da matéria, *Veja* opta por gerar uma discussão sobre o assunto repercutindo-o duas semanas depois na seção de cartas e em outro artigo do mesmo colunista. A publicação mostra-se aberta à discussão do tema publicando cartas desfavoráveis à abordagem feita por André Petry e esclarece, na matéria “Silas Malafaia se enganou”, que a opinião do colunista não reflete necessariamente o posicionamento da revista.

Durante a coleta de dados da pesquisa *Mídia e Homofobia*, 25 matérias do *Jornal Nacional* foram selecionadas. Três “casos” foram marcantes, sobre os quais o *Jornal* fez uma maior cobertura. O *JN* agendou durante uma semana a visita do Papa Bento XVI aos Estados Unidos,



cujo tema central foi o abuso sexual de crianças por padres da Igreja Católica. Entre elas, duas também fazem alusão à união civil homossexual, em que relatou o posicionamento da Igreja e do presidente George W. Bush – contrários à união. Cinco matérias tratam o “caso Ronaldo/travestis” e outras cinco, veiculadas ao longo de dois meses, cobrem o caso dos sargentos gays. Durante o período de coleta de dados, não foi observada nenhuma matéria do *Jornal Nacional* que esclarecesse o posicionamento do veículo em relação à homofobia. O *Jornal* agendou o conteúdo ligado ao tema ancorado em “grandes” instituições - a ciência, a igreja, o Estado e a polícia- validando estrategicamente seu discurso sobre os temas LGBT amparado nesses agentes e evitando explicitar seu próprio posicionamento. O *Jornal Nacional* optou, claramente, por evitar a polêmica.

O *MGTV*, por fim, é uma produção regional da TV Globo Minas, praça da Rede Globo em Belo Horizonte. O jornal é dividido em duas edições, que vão ao ar de segunda a sexta-feira ao meio-dia e próximo das 19 horas. A pesquisa analisou matérias veiculadas pelo *MGTV 2ª Edição*, que tem duração média de 15 minutos, divididos em dois ou três blocos. Ele é exibido entre o folhetim das 18 horas e o das 19 horas. Segundo o livro *Jornal Nacional: A notícia faz história*, do Memória Globo, a cobertura local da Rede Globo é direcionada para o jornalismo comunitário, com destaque para questões de utilidade pública, cidadania e serviços à comunidade. De fato, ao longo do período de coleta, observou-se que a edição regional tem uma agenda fechada e pautas recorrentes, sua cobertura é limitada e prioriza pautas como trânsito, mercado de trabalho e tempo. Devido ao próprio formato do programa, as matérias veiculadas são curtas, formadas basicamente por notas e notícias. Durante os seis meses de coleta de dados e análise o *MGTV 2ª Edição* não exibiu nenhuma matéria que abordasse os temas LGBT, não fazendo, por exemplo, qualquer referência à Parada LGBT de Belo Horizonte ou a casos de violência relatados por outros veículos.

Assim, de modo geral, pode ser observado que, em 2008, o *Jornal Nacional* e o *MGTV 2ª Edição*, por exemplo, parecem optar pela não discussão de temas LGBT, já que o volume de material recolhido nesses dois veículos é bastante pequeno. O *Jornal Nacional*, no entanto, se mostra aberto para denunciar a pedofilia e para alguma discussão sobre DST's. Já os veículos impressos, em maior ou menor grau, discutem e possuem um material relevante em termos numéricos que trata de assuntos ligados diretamente ou não ao universo LGBT. O que se pode

perceber na análise quantitativa é um volume relativamente grande de material noticioso (1060 notas, notícias ou reportagens), reflexo de uma busca dos veículos pelo factual. Outro dado interessante é a boa presença de material de cunho opinativo, já que foram recolhidos 243 artigos, 71 cartas de leitores e 50 comentários. No entanto, nesses seis meses de coleta, só houve 11 editoriais e, na maioria deles, há apenas alusões sobre os temas da pesquisa, o que pode indicar que os veículos não possuem uma linha editorial explícita que privilegia a temática LGBT e o combate à homofobia.

No que diz respeito às identidades LGBT, o que se percebe é que a identidade *gay* possui uma prevalência sobre as demais na cobertura dos veículos. Isso se deveu pelo uso recorrente da palavra *gay* como termo genérico para todas as demais identidades, vistas sob a rubrica de identidades homossexuais. Esse dado é também revelador de uma maior visibilidade da homossexualidade masculina em relação às demais. *Travesti* foi a segunda identidade sexual mais explorada pelos periódicos, fato que encontra explicação parcial no caso envolvendo o jogador Ronaldo e a travesti Andréia Albertini, de grande repercussão e impacto midiático. A identidade *lésbica* possui um número significativamente menor de matérias se comparada às identidades *gay* e *travesti*. Esse fato é revelador, na medida em que demonstra uma certa invisibilidade da lesbianidade. *Transexual* foi a quarta identidade mais presente nos veículos, fato que foi impulsionado, em grande medida, pela autorização do Ministério da Saúde para que a cirurgia de redesignação sexual fosse feita de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Não houve um volume significativo de matérias referentes às identidades *bissexual* e *transformista* e seu aparecimento nos dados quantitativos se deveu, em grande medida, ao desdobramento do uso da sigla *LGBT* ou variações desta.

Em relação aos acontecimentos noticiados, observou-se uma grande disparidade entre o número de acontecimentos programados e acontecimentos acidentais. A grande maioria do material recolhido foi composta por acontecimentos acidentais, o que pode revelar, ainda, a não existência de uma pauta específica nos veículos para a discussão dos temas LGBT. Nesse sentido, datas, como o dia Mundial de Combate à Homofobia, ações, como a Campanha Nacional de Combate e Prevenção à Aids, e eventos, como as Paradas de Orgulho LGBT, receberam relativamente menos destaque que acontecimentos diversos e não previstos. Os casos Ronaldo/travestis e sargentos gays, por exemplo, foram mais noticiados que qualquer um dos elencados acima.

No que diz respeito aos promotores dos acontecimentos – aqueles que as matérias indicam como protagonistas dos fatos –, o que se verificou foi um apreço dos veículos pelas *personalidades* – as chamadas celebridades – e por *anônimos*, que na maioria das vezes surgiram como personagens para matérias sobre temas pré-definidos, como adoção, novas formas de conjugalidade etc. Houve pouco envolvimento entre os *movimentos sociais* e os veículos, fato comprovado pelo volume pequeno de conteúdo em que os movimentos sociais são tidos como agentes. Os indivíduos – celebridades ou não – são mais recorrentes como tema do que os movimentos sociais, fato que pode indicar não só a hipótese de maior capacidade de agendamento midiático por parte das celebridades no que diz respeito às temáticas do universo LGBT, como, mais importante, sugerir ainda que os veículos tendem a individualizar as questões, retirando-lhes a dimensão coletiva.

Um fato que chamou a atenção foi o dado que aponta o assunto *comportamento sexual* com um número de matérias (342) muito superior ao tema *comportamento afetivo* (apenas 67), como se as identidades LGBT se definissem meramente a partir de suas práticas sexuais, em detrimento a uma dimensão mais afetiva das relações entre pessoas de mesmo sexo. Os dados que dizem respeito à *violência simbólica e física*, bem como *direitos humanos*, estão ligados diretamente às matérias que abordam a *pedofilia*. A *homofobia* foi assunto presente em 146 matérias, o que demonstra certa abertura para a discussão do tema, com as ressalvas feitas anteriormente.

Se, por um lado, a cobertura dos veículos foi, por vezes, marcada pela cristalização e naturalização das identidades LGBT pelo viés sexual, por outro, a análise sobre a abordagem dos veículos permite afirmar que um tratamento em geral favorável às temáticas LGBT e ao combate à homofobia se sobressai. Isso sugere a existência de espaços a serem explorados nos meios de comunicação para o aprofundamento das discussões e para o combate à violência de que os sujeitos LGBT são vítimas, assim como a busca de direitos iguais. A união civil, tema recorrente em paradas do orgulho LGBT e objeto de preocupação política por parte de movimentos de defesa de cidadania, ocupa posição intermediária entre os assuntos mais recorrentes e os menos abordados. Fica, para a maioria das identidades, atrás de homofobia, mas à frente de família, leis e direitos humanos, temas que, sob a perspectiva mais ampla da cidadania, mantêm alguma correlação, especialmente se pensados a partir das lutas políticas anteriormente referidas.

Nesse sentido, a hipótese de silenciamento das identidades LGBT surge apenas parcialmente comprovada e aplicável quando se considera a especificidade de cada veículo e cada matéria. Se, por exemplo, no caso Ronaldo, as travestis foram frequentemente silenciadas, em diversas outras matérias os sujeitos vítimas de homofobia e a população LGBT tiveram voz. É preciso, porém, tomar alguns cuidados. Ainda que a pesquisa indique que a grande maioria das matérias – especialmente aquelas de caráter noticioso – foi favorável às questões LGBT, isso não é garantia de tratamento igualitário dos sujeitos e temas e não exclui, como já dito, formas mais ou menos sutis de silenciamento.

O tratamento das identidades LGBT sob o viés do comportamento sexual e da sociabilidade “festiva” indica um modo de ver que envolve a delimitação de um terreno a partir do qual tais identidades podem ser abordadas, algo coerente com a frequência da associação com os produtos culturais e as personalidades. Em outras palavras, as questões LGBT, ainda que tratadas de modo genericamente favorável, permanecem narradas de modo ambíguo e algumas das vezes contraditório. Nesse sentido, a ação do poder público e a promoção de acontecimentos programáveis não é garantia de menos ambiguidade. Ao contrário: surgem como reveladoramente ao sabor dessas contradições. O silenciamento, portanto, não pode ser entendido como recusa à voz ou à noticiabilidade, mas refere-se a modos de composição narrativa/argumentativa, tais como a circunscrição de certos temas a terrenos específicos, como o tratamento “leve” das questões LGBT que se observa na recorrência de notícias culturais, de sociabilidade e voltadas para as celebridades.

## Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUER, Martin(org.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2003

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita – o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Belaterra, 2001

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia*. São Paulo:Paulus,2006

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (organizadora). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CARRARA, Sérgio e VIANNA, Adriana R. B. “As vítimas do desejo”: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: CARRARA, Sérgio, GREGORI, Maria Filomena e

PISCITELLI, Adriana. *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

CARRARA, Sérgio, GREGORI, Maria Filomena e PISCITELLI, Adriana. *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

CARRARA, Sérgio. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa.9ª Parada do Orgulho GLBT, São Paulo, 2005. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006

CARVALHO, Carlos Alberto de. *Visibilidades mediadas nas narrativas*. São Paulo: Annablume, 2009

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura – volume 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006. 5ª edição.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma ‘analítica’ da miditização. *Matrizes*. São Paulo: USP, vol.1,nº 2, 2007. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/MATRIZES>

GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

GOMIS, Lorenzo. *Teoria del periodismo – como se forma el presente*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval*. São Paulo: Unesp, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par – gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LEAL, Bruno. Para além da notícia: o jornal, sua identidade, sua voz. *Revista Fronteiras*, v. 11, p. 113-123, 2009.

LEAL, B. S. ; ANTUNES, Elton . O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. In: LEAL, BRUNO S.; ANTUNES, ELTON; VAZ, PAULO

BERNARDO. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. 1 ed. Florianópolis: Insular, 2011, v. 1, p. 17-36

MAIA, Rousiley. *Mídia e deliberação*. São Paulo: FGV, 2008.

Memória Globo. *Jornal Nacional: a notícia faz história*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Boletim Epidemiológico AIDS/ DST – Janeiro a Junho de 2006.

In: <http://www.aids.gov.br/data/documents/storedDocuments/%7BB8EF5DAF-23AE-4891-AD36-1903553A3174%7D/%7B6B12D137-92DF-4CF5-A35A-482AED64CBC0%7D/BOLETIM2006internet.pdf>. Consultado em 01/05/2007, na base permanente de textos do site.

MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. *Reservados e Invisíveis – o ethos das parcerias homoeróticas*. São Paulo: Pontes, 2007.

PARKER, R& BARBOSA, R. (org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996

PARKER, Richard. *Abaixo do equador*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias – linhas de análise do discurso*. Florianópolis: Insular, 2005.

SÁNCHEZ, Félix Lopes. *Homossexualidade e família: novas estruturas*. Porto Alegre:Atmed, 2009.

SIMONIS, Angie (org.) *Cultura, homosexualidad y homofobia*, vol. II. Madrid: Laertes, 2007

SMIGAY, Karin Ellen von. “Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política”. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, V. 8. N. 11, p. 32-46, jun 2002.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato*. Petrópolis: Vozes,2009

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre (orgs.), *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petropolis, RJ: Vozes, 1996.

TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

TUCHMAN, Gaye. *Making News: a Study in the Construction of Reality*, Nova Iorque: Free Press, 1978.